

CÓD: OP-006AG-24 7908403560295

GUAÍRA-SP PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA - SÃO PAULO

Agente de Combate às Endemias

EDITAL Nº 001/2024

Língua Portuguesa

1.	Concordância verbal: Concordância Nominal	5
2.	Identificação dos tempos e modos verbais, correspondência de formas verbais, conjugação verbal, flexão de verbos. substantivos, artigos, adjetivos, pronomes, advérbios: classificação e cargo	7
3.	Oração: sujeito e predicado, posição do sujeito e predicado, concordância entre sujeito e predicado. Estrutura do sujeito: classificação do sujeito, casos de oração sem sujeito	15
4.	Dígrafos	17
5.	Uso do por que	18
6.	Vícios de linguagem	18
7.	Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos	19
8.	Colocação pronominal	29
9.	Figura de Linguagem	30
10.	Classificação dos termos da oração	30
11.	Morfologia	32
12.	Uso do por que	33
13.	Objeto direto e Indireto	33
1. 2.	Estruturas lógicas, lógica da argumentação, Diagramas lógicos	45
2.	Números inteiros: operações e propriedades Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades	68
3.	Razão e proporção	77
4.	Porcentagem	78
5.	Equação de 1° grau	81
6.	Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade	84
7.	Raciocínio lógico. Resolução de situações problema	89
8.	Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente)	90
9.	Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria - Área, Volume e Perímetro	97
Со	nhecimentos Gerais	
1.	Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história	109
2.	Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comuni-	
	cação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet	173

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Agente de Combate às Endemias

1.	Fundamentos, procedimentos e ações básicas, operacionais e educativas de combate às endemias	175
2.	Táticas para a promoção da saúde	178
3.	Metodologia das visitas domiciliares	178
4.	Doenças Infecciosas e Parasitárias; Conhecimentos sobre doenças: esquistossomose, dengue, leishmaniose, febre amarela, malária, tracoma, influenza, febre maculosa, leptospirose, hanseníase e tuberculose; Doença de Chagas	180
5.	Doenças endêmicas e epidêmicas: conceitos, causas, transmissão, período de incubação, diagnóstico, tratamento e notificação de casos	202
6.	Vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos prevalentes	203
7.	Fundamentos básicos para o controle de roedores, animais peçonhentos e outros animais transmissores de doenças	206
8.	Tipos de larvicidas e inseticidas para o controle de endemias	209
9.	Métodos de aplicação dos larvicidas e inseticidas	212
10.	Procedimentos de Segurança na aplicação de larvicidas e inseticidas	215
11.	Fundamentos e normas de segurança no combate às endemias	215
12.	Equipamentos de Proteção Individual relacionados ao combate de endemia	218

LÍNGUA PORTUGUESA

CONCORDÂNCIA VERBAL: CONCORDÂNCIA NOMINAL

Concordância é o efeito gramatical causado por uma relação harmônica entre dois ou mais termos. Desse modo, ela pode ser verbal — refere-se ao verbo em relação ao sujeito — ou nominal — refere-se ao substantivo e suas formas relacionadas.

- Concordância em gênero: flexão em masculino e feminino
- Concordância em número: flexão em singular e plural
- Concordância em pessoa: 1ª, 2ª e 3ª pessoa

Concordância nominal

Para que a concordância nominal esteja adequada, adjetivos, artigos, pronomes e numerais devem **flexionar em número e gênero**, de acordo com o substantivo. Há algumas regras principais que ajudam na hora de empregar a concordância, mas é preciso estar atento, também, aos casos específicos.

Quando há dois ou mais adjetivos para apenas um substantivo, o substantivo permanece no singular se houver um artigo entre os adjetivos. Caso contrário, o substantivo deve estar no plural:

• A comida mexicana e a japonesa. / As comidas mexicana e japonesa.

Quando há dois ou mais substantivos para apenas um adjetivo, a concordância depende da posição de cada um deles. Se o adjetivo vem antes dos substantivos, o adjetivo deve concordar com o substantivo mais próximo:

• Linda casa e bairro.

Se o adjetivo vem depois dos substantivos, ele pode concordar tanto com o substantivo mais próximo, ou com todos os substantivos (sendo usado no plural):

- Casa e apartamento arrumado. / Apartamento e casa arrumada.
- Casa e apartamento arrumados. / Apartamento e casa arrumados.

Quando há a modificação de dois ou mais nomes próprios ou de parentesco, os adjetivos devem ser flexionados no plural:

• As talentosas Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles estão entre os melhores escritores brasileiros.

Quando o adjetivo assume função de predicativo de um sujeito ou objeto, ele deve ser flexionado no plural caso o sujeito ou objeto seja ocupado por dois substantivos ou mais:

• O operário e sua família estavam preocupados com as consequências do acidente.

CASOS ESPECÍFICOS	REGRA	EXEMPLO
É PROIBIDO É PERMITIDO É NECESSÁRIO	Deve concordar com o substantivo quando há presença de um artigo. Se não houver essa determinação, deve permanecer no singular e no masculino.	É proibida a entrada. É proibido entrada.
OBRIGADO / OBRIGADA	Deve concordar com a pessoa que fala.	Mulheres dizem <i>"obrigada"</i> Homens dizem <i>"obrigado"</i> .
BASTANTE	Quando tem função de adjetivo para um substantivo, concorda em número com o substantivo. Quando tem função de advérbio, permanece invariável.	As bastantes crianças ficaram doentes com a volta às aulas. Bastante criança ficou doente com a volta às aulas. O prefeito considerou bastante a respeito da suspensão das aulas.
MENOS	É sempre invariável, ou seja, a palavra "menas" não existe na língua portuguesa.	Havia menos mulheres que homens na fila para a festa.

LÍNGUA PORTUGUESA

MESMO PRÓPRIO	Devem concordar em gênero e número com a pessoa a que fazem referência.	As crianças mesmas limparam a sala depois da aula. Eles próprios sugeriram o tema da formatura.		
MEIO / MEIA	Quando tem função de numeral adjetivo, deve concordar com o substantivo. Quando tem função de advérbio, modificando um adjetivo, o termo é invariável.	Adicione meia xicara de leite. Manuela é meio artista além de ser		
ANEXO INCLUSO	Devem concordar com o substantivo a que se referem.	Segue anexo o orçamento. Seguem anexas as informações adicionais As professoras estão inclusas na greve. O material está incluso no valor da mensalidade.		

Concordância verbal

Para que a concordância verbal esteja adequada, é preciso haver **flexão do verbo em número e pessoa**, a depender do sujeito com o qual ele se relaciona.

Quando o sujeito composto é colocado anterior ao verbo, o verbo ficará no plural:

• A menina e seu irmão viajaram para a praia nas férias escolares.

Mas, se o **sujeito composto** aparece depois do verbo, o verbo pode tanto ficar no plural quanto concordar com o sujeito mais próximo:

• Discutiram marido e mulher. / Discutiu marido e mulher.

Se o **sujeito composto** for formado por pessoas gramaticais diferentes, o verbo deve ficar no plural e concordando com a pessoa que tem prioridade, a nível gramatical — 1ª pessoa (eu, nós) tem prioridade em relação à 2ª (tu, vós); a 2ª tem prioridade em relação à 3ª (ele, eles):

• Eu e vós vamos à festa.

Quando o sujeito apresenta uma expressão partitiva (sugere "parte de algo"), seguida de substantivo ou pronome no plural, o verbo pode ficar tanto no singular quanto no plural:

• A maioria dos alunos não se preparou para o simulado. / A maioria dos alunos não se prepararam para o simulado.

Quando o sujeito apresenta uma **porcentagem**, deve concordar com o valor da expressão. No entanto, quanto seguida de um substantivo (expressão partitiva), o verbo poderá concordar tanto com o numeral quanto com o substantivo:

• 27% deixaram de ir às urnas ano passado. / 1% dos eleitores votou nulo / 1% dos eleitores votaram nulo.

Quando o sujeito apresenta alguma expressão que indique **quantidade aproximada**, o verbo concorda com o substantivo que segue a expressão:

• Cerca de duzentas mil pessoas compareceram à manifestação. / Mais de um aluno ficou abaixo da média na prova.

Quando o sujeito é indeterminado, o verbo deve estar sempre na terceira pessoa do singular:

• Precisa-se de balconistas. / Precisa-se de balconista.

Quando o sujeito é coletivo, o verbo permanece no singular, concordando com o coletivo partitivo:

• A multidão delirou com a entrada triunfal dos artistas. / A matilha cansou depois de tanto puxar o trenó.

Quando não existe sujeito na oração, o verbo fica na terceira pessoa do singular (impessoal):

• Faz chuva hoje

Quando o **pronome relativo "que"** atua como sujeito, o verbo deverá concordar em número e pessoa com o termo da oração principal ao qual o pronome faz referência:

• Foi Maria que arrumou a casa.

Quando o sujeito da oração é o **pronome relativo "quem"**, o verbo pode concordar tanto com o antecedente do pronome quanto com o próprio nome, na 3ª pessoa do singular:

• Fui eu quem arrumei a casa. / Fui eu quem arrumou a casa.

Quando o **pronome indefinido ou interrogativo**, atuando como sujeito, estiver no singular, o verbo deve ficar na 3ª pessoa do singular:

• Nenhum de nós merece adoecer.

Quando houver um **substantivo que apresenta forma plural**, porém com sentido singular, o verbo deve permanecer no singular. Exceto caso o substantivo vier precedido por determinante:

• Férias é indispensável para qualquer pessoa. / Meus óculos sumiram.

IDENTIFICAÇÃO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS, CORRESPONDÊNCIA DE FORMAS VERBAIS, CONJUGAÇÃO VERBAL, FLEXÃO DE VERBOS. SUBSTANTIVOS, ARTIGOS, ADJETIVOS, PRONOMES, ADVÉRBIOS: CLASSIFICAÇÃO E CARGO

Classes de Palavras

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina inteligente Roupa azul-marinho Brincadeira de criança Povo brasileiro
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	Ah! Que calor Escapei por pouco, ufa!
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de <i>seis</i> .
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? Ela me ajudou muito com o meu trabalho. Esta é a casa onde eu moro. Que dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no <i>rio</i> . A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

- Comum: usado para nomear seres e objetos generalizados. Ex: mulher; gato; cidade...
- Próprio: geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...

- Coletivo: é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. Ex: matilha; enxame; cardume...
- Concreto: nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). Ex: menina; cachorro; praça...
- **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
- **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
- **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedrei-ro: livraria: noturno...*
- **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
- **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; quarda-roupa; girassol...*

Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo -o ou -a, respectivamente (*Ex: menino / menina*). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (*Ex: avô / avó*), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (*Ex: irmão / irmã; cantor / cantora*).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (*Ex: a cadeira / o poste*). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo *o fruto X a fruta* temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

Flexão de número

No português, é possível que o substantivo esteja no **singular**, usado para designar apenas uma única coisa, pessoa, lugar (*Ex: bola; escada; casa*) ou no **plural**, usado para designar maiores quantidades (*Ex: bolas; escadas; casas*) — sendo este último representado, geralmente, com o acréscimo da letra **S** ao final da palavra.

Há, também, casos em que o substantivo não se altera, de modo que o plural ou singular devem estar marcados a partir do contexto, pelo uso do artigo adequado (*Ex: o lápis / os lápis*).

Variação de grau

Usada para marcar diferença na grandeza de um determinado substantivo, a variação de grau pode ser classificada em **aumentativo** e **diminutivo**.

Quando acompanhados de um substantivo que indica grandeza ou pequenez, é considerado **analítico** (*Ex: menino grande / menino pequeno*).

Quando acrescentados sufixos indicadores de aumento ou diminuição, é considerado **sintético** (*Ex: meninão / menininho*).

Novo Acordo Ortográfico

De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as **letras maiúsculas** devem ser usadas em nomes próprios de pessoas, lugares (cidades, estados, países, rios), animais, acidentes geográficos, instituições, entidades, nomes astronômicos, de festas e festividades, em títulos de periódicos e em siglas, símbolos ou abreviaturas.

Já as **letras minúsculas** podem ser usadas em dias de semana, meses, estações do ano e em pontos cardeais.

Existem, ainda, casos em que o uso de maiúscula ou minúscula é facultativo, como em título de livros, nomes de áreas do saber, disciplinas e matérias, palavras ligadas a alguma religião e em palavras de categorização.

Adjetivo

Os adjetivos podem ser simples (*vermelho*) ou compostos (*mal-educado*); primitivos (*alegre*) ou derivados (*tristonho*). Eles podem flexionar entre o feminino (*estudiosa*) e o masculino (*engraçado*), e o singular (*bonito*) e o plural (*bonitos*).

Há, também, os adjetivos pátrios ou gentílicos, sendo aqueles que indicam o local de origem de uma pessoa, ou seja, sua nacionalidade (*brasileiro*; *mineiro*).

É possível, ainda, que existam locuções adjetivas, isto é, conjunto de duas ou mais palavras usadas para caracterizar o substantivo. São formadas, em sua maioria, pela preposição *DE* + substantivo:

- de criança = infantil
- de mãe = maternal
- de cabelo = capilar

Variação de grau

Os adjetivos podem se encontrar em grau normal (sem ênfases), ou com intensidade, classificando-se entre comparativo e superlativo.

- Normal: A Bruna é inteligente.
- Comparativo de superioridade: A Bruna é *mais* inteligente *aue* o Lucas.
- Comparativo de inferioridade: O Gustavo é *menos* inteligente *que* a Bruna.
- Comparativo de igualdade: A Bruna é *tão* inteligente *quanto*
- ullet Superlativo relativo de superioridade: A Bruna é a mais inteligente da turma.
- Superlativo relativo de inferioridade: O Gustavo é *o menos* inteligente da turma.
 - Superlativo absoluto analítico: A Bruna é *muito inteligente*.
 - Superlativo absoluto sintético: A Bruna é inteligentíssima.

Adjetivos de relação

São chamados adjetivos de relação aqueles que não podem sofrer variação de grau, uma vez que possui valor semântico objetivo, isto é, não depende de uma impressão pessoal (subjetiva). Além disso, eles aparecem após o substantivo, sendo formados por sufixação de um substantivo (*Ex: vinho do Chile = vinho chileno*).

Advérbio

Os advérbios são palavras que modificam um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio. Eles se classificam de acordo com a tabela abaixo:

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS, LÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO, DIAGRAMAS LÓGICOS

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

- Sentença aberta: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? Estudou ontem? Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! Que maravilhoso!
 - Frase imperativas: Estude e leia com atenção. Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) 2 + 5+ 1

• Sentença fechada: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.
- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.

Proposições Compostas - Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	Não p	p ~p V F F V
Conjunção	۸	p e q	P Q P \ Q V V V F F F V F F F F
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	p q p v q V V V V F V F V V F F F
Disjunção Exclusiva	<u>v</u>	Ou p ou q	p q p v q V V F V F V F V V F F F
Condicional	→	Se p então q	p q p → q V V V V F F F V V F F V
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	p q p ↔ q V V V V F F F V F F F V

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas guestões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
р	q	pVq	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo

(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
1	V	V	V
2	F	V	V
3	V	F	V
4	F	F	V
5	V	V	F
6	F	V	F
7	V	F	F
8	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica P v (Q \leftrightarrow R) quando representada na posição horizontal é igual a

	_	_	3	_		_	_	_
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

P v (Q \leftrightarrow R), montando a tabela verdade temos:

R	Q	Р	[P	V	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns aximos da lógica:

- PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

"Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F."

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- Sentença aberta: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
- Frases interrogativas: Quando será prova? Estudou ontem?- Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) 2 + 5+ 1
- Sentença fechada: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

- r: Thiago é careca.
- s: Pedro é professor.
- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.

Exemplos:

- 1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.
- (B) A expressão x + y é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.
- (C) O valor de V4 + 3 = 7; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos
- (D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).
 - (E) O que é isto? como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	Não p	p ~p V F F V
Conjunção	۸	peq	P
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	P Q P V Q
Disjunção Exclusiva	<u>v</u>	Ou p ou q	p q p y q V V F V F V F V V F F F
Condicional	→	Se p então q	p q p → q V V V F F F V V F F V

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

BRASIL

História do Brasil

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-e-

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como "o Colonizador", resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa.

A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro. Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias — a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia ruma à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que fariam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas odeias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no "povo" vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I "entregou" a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitanias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitanias Hereditárias

As Capitanias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitanias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitanias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitanias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitanias Hereditárias criadas no século XVI:

Capitania do Maranhão

Capitania do Ceará

Capitania do Rio Grande

Capitania de Itamaracá

Capitania de Pernambuco

Capitania da Baía de Todos os Santos

Capitania de Ilhéus

Capitania de Porto Seguro

Capitania do Espírito Santo

Capitania de São Tomé

Capitania de São Vicente Capitania de Santo Amaro

Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitanias. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-deobra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

Sociedade Açucareira

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

- Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de faiscação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.
- Maior Mobilidade Social

OBS.

- 1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.
- 2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.
- 3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.
- 4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

- Pecuária

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da "quartiação". Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

- Algodão

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

- Tabaco

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

- Drogas do sertão

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.

Povoamento do interior no Período Colonial (Séc. XVII)

Até o século XVI, com a extração de pau-brasil e a produção açucareira, o povoamento do Brasil se limitou a uma estreita faixa territorial próximo ao litoral, em função da vegetação e do solo favoráveis a tais práticas respectivamente, porem, como vimos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Agente de Combate às Endemias

FUNDAMENTOS, PROCEDIMENTOS E AÇÕES BÁSICAS, OPERACIONAIS E EDUCATIVAS DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

As endemias representam um dos desafios mais persistentes para a saúde pública, especialmente em países tropicais como o Brasil. Doenças como dengue, malária, leishmaniose e febre amarela permanecem endêmicas em várias regiões, exigindo ações contínuas e eficazes de controle. Os agentes de combate a endemias (ACE) desempenham um papel vital na prevenção e controle dessas doenças, atuando na linha de frente para proteger a saúde da comunidade.

Definição de Endemias e sua Relevância na Saúde Pública

Endemias são doenças que ocorrem regularmente em uma determinada área ou população. Diferentemente de epidemias, que são surtos temporários e intensos, as endemias têm uma presença constante, exigindo uma vigilância e controle contínuos. O impacto dessas doenças na saúde pública é significativo, afetando não apenas a saúde das pessoas, mas também o desenvolvimento social e econômico das comunidades afetadas.

O Papel dos Agentes de Combate a Endemias (ACE)

Os ACEs são profissionais treinados para implementar ações de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas. Seu trabalho inclui a inspeção de imóveis, identificação e eliminação de focos de vetores, aplicação de inseticidas e orientação à população. Esses agentes atuam como um elo entre o sistema de saúde e a comunidade, garantindo que as ações de combate às endemias sejam efetivas e sustentáveis.

Visão Geral das Principais Endemias no Brasil

No Brasil, algumas das endemias mais prevalentes incluem:

- **Dengue:** Causada pelo vírus transmitido pelo mosquito Aedes aegypti.
- **Malária:** Uma doença parasitária transmitida por mosquitos do gênero Anopheles.
- Leishmaniose: Doença parasitária transmitida por flebotomíneos (mosquitos-palha).
- Febre Amarela: Uma doença viral também transmitida por mosquitos, principalmente em áreas rurais e silvestres.

Essas doenças são alvo de programas de controle específicos que envolvem tanto ações diretas de combate aos vetores quanto estratégias educativas e de mobilização social.

- Fundamentos e Conceitos Básicos no Combate às Endemias

Para atuar eficazmente no combate às endemias, os ACEs precisam dominar uma série de conceitos e fundamentos essenciais que orientam suas atividades no campo.

Conceitos-chave: Vetor, Hospedeiro, Ciclo de Transmissão

- Vetor: Um organismo que transmite um agente infeccioso de um hospedeiro para outro. Por exemplo, o Aedes aegypti é o vetor da dengue.
- Hospedeiro: O organismo que é infectado pelo agente patogênico. No contexto das endemias, o ser humano é frequentemente o hospedeiro principal.
- Ciclo de Transmissão: Refere-se à sequência de eventos que permite que o agente infeccioso se mova de um hospedeiro a outro, geralmente envolvendo um vetor intermediário.

Compreender esses conceitos é fundamental para identificar os pontos críticos onde as intervenções podem ser mais eficazes, como a eliminação de criadouros de mosquitos.

Princípios de Vigilância Epidemiológica

A vigilância epidemiológica é o monitoramento constante das doenças dentro de uma população para identificar mudanças nos padrões de ocorrência, o que permite a implementação rápida de medidas de controle. Para os ACEs, isso significa:

- Monitorar os índices de infestação de vetores em áreas específicas.
- Notificar imediatamente a ocorrência de novos casos de doenças.
- Realizar levantamentos entomológicos para mapear a distribuição dos vetores.

Essas atividades permitem uma resposta rápida a surtos e ajudam a manter o controle das doenças endêmicas.

Importância do Controle de Vetores na Prevenção de Endemias

Os vetores são os principais alvos das estratégias de controle de endemias, uma vez que a interrupção do ciclo de transmissão depende da redução ou eliminação da população de vetores. Medidas como a eliminação de criadouros, aplicação de inseticidas e campanhas educativas para a comunidade são fundamentais para controlar a proliferação de mosquitos, por exemplo, e prevenir a disseminação de doenças como a dengue.

- Procedimentos Operacionais no Combate às Endemias

Os procedimentos operacionais são a base do trabalho de campo dos ACEs, que envolve desde a inspeção de áreas até a aplicação de medidas específicas para controle de vetores.

Inspeção e Controle de Focos de Vetores

A inspeção regular de imóveis e áreas públicas é uma das principais atividades dos ACEs. Durante a inspeção, os agentes procuram por focos de vetores, como recipientes com água parada que possam servir de criadouro para mosquitos. Os passos incluem:

- Identificação de Áreas Críticas: Áreas como terrenos baldios, depósitos de lixo e regiões com alta concentração de imóveis desocupados são prioritárias para inspeção.
- Eliminação de Criadouros: Quando encontrados, os criadouros de vetores são eliminados através de drenagem, vedação ou tratamento químico com larvicidas.
- Registro e Notificação: Cada inspeção deve ser registrada detalhadamente, e qualquer foco encontrado deve ser reportado às autoridades competentes para acompanhamento.

Técnicas de Aplicação de Inseticidas e Larvicidas

O uso de produtos químicos é uma parte crítica no controle de vetores. Os agentes de combate a endemias são treinados para aplicar inseticidas e larvicidas de forma segura e eficaz. Algumas das técnicas incluem:

- Pulverização Residual Intradomiciliar: Aplicação de inseticidas nas paredes internas das casas para matar mosquitos adultos que entram em contato com as superfícies tratadas.
- **Nebulização Espacial (Fumacê):** Uso de equipamentos que dispersam inseticida no ar para atingir mosquitos em voo, utilizado especialmente em surtos epidêmicos.
- Tratamento de Água com Larvicidas: Aplicação de produtos químicos em reservatórios de água para matar larvas de mosquitos antes que se tornem adultos.

Monitoramento de Áreas de Risco e Resposta a Surtos

O monitoramento contínuo é essencial para avaliar a eficácia das intervenções e identificar novas áreas de risco. Além disso, em casos de surtos, os ACEs são responsáveis por implementar respostas rápidas, que podem incluir intensificação de ações de controle, aumento das campanhas de conscientização e, em casos extremos, a mobilização de recursos adicionais para conter a disseminação da doença.

- Ações Educativas no Combate às Endemias

A educação em saúde é uma ferramenta poderosa na prevenção de endemias, pois empodera a comunidade a adotar práticas que reduzem a proliferação de vetores e previnem doenças.

Estratégias de Educação em Saúde para a Comunidade

As ações educativas envolvem a disseminação de informações claras e práticas que a população pode adotar para contribuir no combate às endemias. As estratégias incluem:

- Palestras e Oficinas: Realizadas em escolas, centros comunitários e eventos públicos para explicar como evitar a criação de focos de mosquitos, por exemplo.
- Distribuição de Materiais Educativos: Folhetos, cartazes e vídeos educativos são distribuídos em locais estratégicos, como postos de saúde e supermercados, para alcançar um público amplo.
- Visitas Domiciliares: Durante as inspeções, os ACEs orientam os moradores sobre como manter o ambiente livre de criadouros de vetores, além de esclarecer dúvidas específicas.

Como Engajar a População nas Ações de Prevenção

Engajar a população é fundamental para o sucesso das ações de combate a endemias. Algumas abordagens incluem:

- Participação Comunitária: Incentivar os moradores a participarem ativamente das ações, como mutirões de limpeza para eliminar criadouros de mosquitos.
- Parcerias com Líderes Comunitários: Colaborar com líderes locais para promover ações de prevenção e mobilização, aproveitando a influência deles para alcancar a comunidade.
- **Utilização de Mídias Sociais:** Campanhas digitais e mensagens em redes sociais são usadas para disseminar rapidamente informações e alertas sobre prevenção de endemias.

Campanhas de Conscientização e Mobilização Social

Campanhas de conscientização em larga escala são essenciais durante períodos de maior risco, como o verão, quando a proliferação de mosquitos aumenta. Estas campanhas geralmente incluem:

- Dias de Mobilização Nacional: Ações coordenadas em todo o país para eliminar criadouros de vetores em áreas urbanas e rurais-
- Uso de Mídia Tradicional e Digital: Veiculação de anúncios em televisão, rádio e internet para educar a população sobre os riscos das endemias e as medidas de prevenção.

Essas ações visam sensibilizar e mobilizar a população para que cada cidadão se torne um agente de prevenção em sua própria casa e comunidade.

- Ferramentas e Equipamentos Utilizados por Agentes de Combate a Endemias

Para realizar suas tarefas de forma eficaz e segura, os agentes de combate a endemias utilizam uma série de ferramentas e equipamentos específicos.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

Os EPIs são fundamentais para proteger os ACEs dos riscos associados à exposição a produtos químicos e a áreas insalubres.

Os EPIs mais utilizados incluem:

- Máscaras Respiratórias: Protegem contra a inalação de substâncias tóxicas durante a aplicação de inseticidas e larvicidas.
- Luvas e Botas de Borracha: Evitam o contato direto com produtos químicos e ambientes contaminados, reduzindo o risco de contaminação e acidentes.
- Roupas de Proteção: Roupas impermeáveis e de mangas longas que protegem a pele durante a manipulação de substâncias químicas e inspeções em áreas de risco.

Ferramentas para Inspeção e Controle de Vetores

Os ACEs utilizam diversas ferramentas para identificar e eliminar focos de vetores:

- Lanternas e Espelhos: Utilizados para inspecionar locais de difícil acesso, como caixas d'água e espaços pequenos.
- **Pipetas e Pipetadores:** Ferramentas utilizadas para coletar amostras de água para análise, identificando a presença de larvas de mosquitos.
- Borrifadores e Atomizadores: Equipamentos para aplicar inseticidas de forma eficiente em áreas amplas, garantindo a cobertura necessária para controlar a população de vetores.

Tecnologia e Inovação no Combate a Endemias

A tecnologia tem desempenhado um papel crescente no combate às endemias, oferecendo novas ferramentas e metodologias que aumentam a eficiência das ações dos ACEs:

- Aplicativos de Monitoramento: Softwares que permitem o registro e análise de dados de campo em tempo real, facilitando a identificação de áreas de risco e a tomada de decisões.
- **Drones:** Utilizados para monitorar grandes áreas, especialmente em regiões de difícil acesso, como áreas rurais ou densamente florestadas.
- Sistemas de Georreferenciamento (GPS): Permitem mapear focos de vetores e áreas de risco, auxiliando na coordenação das atividades de controle.
 - Desafios e Perspectivas Futuras no Combate às Endemias

Apesar dos avanços, o combate às endemias enfrenta desafios contínuos que exigem adaptações e inovações constantes.

Desafios Enfrentados pelos Agentes de Combate a Endemias

Os ACEs enfrentam diversos desafios em sua rotina, como:

- Condições Climáticas Adversas: Chuvas intensas e calor extremo podem dificultar as inspeções e a aplicação de medidas de controle.
- Resistência da População: Em algumas áreas, os agentes enfrentam resistência da comunidade para permitir a inspeção de seus domicílios, o que pode comprometer a eficácia das ações.
- Limitações de Recursos: A falta de equipamentos adequados e de materiais de consumo, como inseticidas, pode limitar a capacidade dos ACEs de controlar efetivamente as endemias.

A Importância da Capacitação Contínua dos ACEs

A capacitação contínua é essencial para garantir que os ACEs estejam sempre atualizados com as melhores práticas e novas tecnologias no combate às endemias. Isso inclui:

- **Treinamentos Regulares:** Cursos e workshops que abordam desde a aplicação de inseticidas até técnicas avançadas de inspeção e monitoramento.
- Atualização em Novos Protocolos: Com a evolução das técnicas de controle e novas descobertas científicas, é crucial que os ACEs sejam atualizados regularmente sobre novos protocolos de acão.

Perspectivas Futuras e Avanços Tecnológicos no Combate às Endemias

- O futuro do combate às endemias está intimamente ligado à inovação tecnológica e à integração de novas metodologias:
- **Uso de Inteligência Artificial:** Para prever surtos e modelar a disseminação de doenças com base em dados meteorológicos e populacionais.
- Vacinas e Novos Tratamentos: Desenvolvimento de vacinas e tratamentos mais eficazes para doenças endêmicas, complementando as ações de controle de vetores.
- Integração de Big Data: Coleta e análise de grandes volumes de dados epidemiológicos para melhorar a resposta a surtos e otimizar a distribuição de recursos.

Essas perspectivas apontam para um futuro onde o combate às endemias será cada vez mais eficiente, baseado em dados e apoiado por tecnologias avançadas, sempre com os ACEs na linha de frente.

TÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

No SUS, a promoção, prevenção e recuperação da saúde são abordagens fundamentais para garantir uma atenção integral à saúde da população. Cada uma dessas estratégias tem objetivos específicos e complementares, visando a melhoria da qualidade de vida e a redução da incidência de doenças. Vamos entender melhor cada conceito e suas estratégias:

– **Promoção da Saúde:** a promoção da saúde tem como objetivo principal estimular as pessoas a adotarem comportamentos e estilos de vida saudáveis, visando prevenir o surgimento de doenças e a promoção do bem-estar. Ela envolve ações voltadas para o fortalecimento de determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, além de enfatizar a participação da comunidade na construção de um ambiente favorável à saúde.

Estratégias de Promoção da Saúde no SUS:

- Educação em saúde: promover ações educativas que incentivem a adoção de hábitos saudáveis, como alimentação balanceada, atividade física, abandono do tabagismo, entre outros.
- Parcerias com a sociedade civil: estimular parcerias com organizações e instituições da sociedade civil para ampliar o alcance das ações de promoção da saúde.
- Políticas de acesso a espaços de lazer e atividades físicas: incentivar políticas públicas que facilitem o acesso da população a espaços de lazer e prática de atividades físicas.
- Prevenção de Doenças: a prevenção de doenças visa evitar o surgimento de enfermidades ou suas complicações, reduzindo a incidência e o impacto dessas condições na saúde da população. Existem diferentes níveis de prevenção:
- Prevenção Primária: é voltada para evitar o surgimento das doenças, através de ações de promoção da saúde, vacinação, orientações nutricionais e programas de educação em saúde.
- **Prevenção Secundária:** envolve a detecção precoce e o tratamento de doenças em seus estágios iniciais, com exames de rastreamento e diagnóstico precoce.
- Prevenção Terciária: destina-se a reduzir as complicações e sequelas de doenças crônicas, através de tratamento adequado e reabilitação.

Estratégias de Prevenção de Doenças no SUS:

- Campanhas de vacinação: realização de campanhas periódicas de vacinação para prevenir doenças imunopreveníveis.
- Programas de rastreamento: oferecer exames de rastreamento para identificar doenças em seus estágios iniciais, como o rastreamento de câncer de mama e colo do útero.
- Cuidado integral à saúde: estimular a busca precoce por atendimento de saúde, garantindo o acompanhamento e tratamento adequado para doenças crônicas.
- Recuperação da Saúde: a recuperação da saúde envolve o tratamento e cuidado dos indivíduos que já apresentam doenças ou condições de saúde adversas. O objetivo é promover a reabilitação e restaurar a saúde da pessoa afetada.

Estratégias de Recuperação da Saúde no SUS:

- Assistência médica e multidisciplinar: oferecer atendimento médico especializado e integrado com outros profissionais de saúde, como fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, etc.
- Acompanhamento pós-tratamento: garantir o acompanhamento adequado dos pacientes após o tratamento para prevenir recidivas e complicações.
- Reabilitação: oferecer serviços de reabilitação para indivíduos com sequelas de doenças ou acidentes, visando à recuperação funcional.

No SUS, a promoção, prevenção e recuperação da saúde são abordagens interligadas, trabalhando de forma integrada para garantir uma assistência integral e efetiva à população, promovendo a saúde, prevenindo doenças e tratando adequadamente os indivíduos afetados por enfermidades.

METODOLOGIA DAS VISITAS DOMICILIARES

A principal missão do Agente de Combate às Endemias¹ é a de ser capaz de perceber que as questões relacionadas ao meio ambiente estão associadas às condições determinantes e condicionantes da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Ele precisa saber que o ser humano deve viver em ambiente saudável e adequado e que tem o direito de ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde, ao bem-estar ou à sobrevivência. Juntamente com a equipe de saúde, é responsável pela proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde.

As ações do ace devem estar dirigidas a esclarecer a população, orientar técnicos, gestores e conselheiros da área da saúde para participarem de ações de prevenção, promoção e de proteção à saúde que resultem no monitoramento e controle dos problemas decorrentes do desequilíbrio do meio ambiente.

Essas ações buscam eliminar ou reduzir a exposição humana aos fatores prejudiciais à saúde através do correto gerenciamento dos fatores de risco.

- O ACE realiza ações complementares e compartilhadas com as equipes de saúde da atenção primária, tendo como base o território. Entre estas ações, destacam-se:
 - 1) O planejamento e organização do trabalho em nível local;
 - 2) A promoção e proteção à saúde;
 - 3) O controle ambiental e de endemias/zoonoses;
 - 4) A identificação de riscos e danos à saúde;
 - 5) A educação para a saúde e atividades de comunicação.

Ações Básicas

Dentre as ações básicas, estão incluídas:

- Identificar fontes de dados e informações relativas à população e à área geográfica, tendo como referência o território;
- Coletar dados e informações que subsidiem as equipes da UBS no diagnóstico de situação e condições sanitárias do território de referência;
- Desenvolver, em conjunto com a equipe, ações de planejamento e de organização do trabalho da vigilância em saúde na atenção primária;

1 https://avasus.ufrn.br/course/view.php?id=29